

Carta de professores entregue ao governador Cristovam Buarque denuncia falhas no sistema de matrículas por telefone

Críticas marcam posse de diretores

MALU MATTOS

A QUEBRA do protocolo logo no início da solenidade de posse dos 527 diretores e vice-diretores da rede pública de ensino do Distrito Federal, ontem na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional, surpreendeu as autoridades. A confusão partiu da leitura de uma carta dedicada ao governador e assinada por diretores eleitos de 20 escolas de Ceilândia. O texto, lido pelo professor de história e vice-diretor do Centro Educacional II, Adilson César, faz críticas fortes a procedimentos administrativos adotados pela Fundação Educacional e Secretaria de Educação.

A repercussão foi imediata. Todos os discursos, da presidente da Câmara Legislativa, deputada Lúcia Carvalho (PT), ao do governador Cristovam Buarque, tentaram explicar a situação. Hábil, Cristovam deixou “o tiro sair pela culatra”, declarando que a Gestão Democrática e Popular aceita críticas e sugestões. “Em que outro governo teríamos a oportunidade de assistir a uma manifestação como essa?”, argumentou.

O primeiro ponto questionado pelo

documento coloca em dúvidas a eficácia do Sistema de Telematrículas. A iniciativa, segundo eles, tem seus méritos, no entanto, ainda não atingiu seus objetivos. Os pais não têm segurança de que seus filhos estão mesmo matriculados, conforme a carta, e as direções de escolas não têm informações sobre a efetivação do processo. Esse fator estaria impedindo que as turmas fossem organizadas para o início do ano letivo, previsto para quarta-feira, dia 11.

“Estamos avisando o GDF para que possamos resolver esse problema internamente, antes que as aulas comecem”, declarou uma das líderes do movimento, a diretora do Centro Educacional II, Vânia Rego, que entregou o documento ao governador no final do evento. Ela também foi a responsável por articular um encontro entre o grupo e o secretário de Educação do GDF, Antonio Ibañez, para esta semana. Ibañez garantiu que irá convocar a reunião depois de ouvir dos manifestantes o aviso de que pais e alunos procurem as escolas, gerando imensas filas, em busca da comprova-

ção da matrícula, que ainda não chegou às suas residências pelo correio, como havia sido divulgado.

Apresentando-se como militantes da educação na cidade satélite, os diretores denunciam a inexistência de um programa de informática que atenda a demanda das secretarias das escolas. Isso obriga que cada direção pague um salário mínimo a uma empresa privada, para que ela execute tarefas, como o cadastramento dos alunos para o sistema de matrículas. Eles ainda destacam a importância do Fundo de Educação (FE) ser depositado em dia, ao contrário de 1997, quando o atraso da verba gerou inúmeros transtornos financeiros.

O último item da carta dos diretores de Ceilândia fala na redução dos valores das gratificações por cargos de confiança — categoria das direções de escola —, o que faz parte da política de restrição de cargos comissionados do GDF. Na conclusão, o grupo ainda dispara “Não acreditamos alcançar esse nível de organização (modelo de escola pública) com a gestão democrática limitando-se apenas às eleições do diretor e vice, mas sobretudo atingindo as instâncias superiores da FEDF.



Francisco Stuckert

Cristovam empossa novos diretores de escolas públicas, em solenidade na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional